

## INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS – FARMANGUINHOS

### PREGÃO ELETRÔNICO nº 171/2022

(Processo Administrativo nº 25387.000848/2022-96)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fiocruz, através do Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos, por meio da sua Divisão Comercial, sediado na Av. Comandante Guarany, 447 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento (**menor preço**) (*por item*), nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **07/02/2023**

Horário: **10:00 hs**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

Critério de Julgamento: menor preço por item

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Aquisição de ferramentas em geral e outros**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento financeiro da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo:
  - Gestão/Unidade: 25201/254446
  - Fonte: 6151
  - Programa de Trabalho: 10.303.5017.**4370**.0001 (Ação: 4370 - Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis)
  - Elemento de despesa: 33.90.30

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

- PI: A1FAR

### 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF emantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.1.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.1.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.1.4 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.5 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.1.6 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

4.1.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.1.8 Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.2 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.2.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.2.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.2.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.2.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.2.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.2.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.2.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.8 Que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca;

6.1.3 Fabricante;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, incluindo-se nos custos o DIFAL -Diferencial de Alíquota do ICMS e FECP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, cobrado quando da entrada, no Estado, de materiais e produtos adquiridos fora deste, quando couber.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.5.1 Em caso de divergência entre a descrição do item no Comprasnet e a do Termo de Referência, prevalecerá sempre a do Termo de Referência;**

6.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7 DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

7.1 O valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.1.1 O caráter sigiloso do valor estimado para a contratação será fundamentado no [§ 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), e no [art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#).

7.1.2 Para fins do disposto no subitem 7.1, o valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

## **8 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, nadata, horário e local indicados neste Edital.

8.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

8.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

- 8.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.11.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.12 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 8.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.19 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.21 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:
- 8.21.1 No país;
- 8.21.2 Por empresas brasileiras;
- 8.21.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.21.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.22 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 8.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.23.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.23.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903



documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.23.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.24 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**9.5.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta. **Além da Declaração que, nos valores consignados na proposta, estão inclusos todos os tributos, custos e demais encargos que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos fornecidos, abrangendo, ainda, nesses custos o DIFAL – Diferencial de Alíquota do ICMS e FECP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, cobrado fora deste, quando couber.**

**9.5.2.1 DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES A PROPOSTA:** *O Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente como documento complementar a proposta: **Lauda, que comprove o desempenho, qualidade e produtividade compatível com especificações mencionadas no Termo de referência anexo I do Edital juntamente com a proposta final***

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

referente ao item vencido conforme descrito no item 11 do Edital, na forma do art. 26 § 9º da Decreto 10.024/2019.

9.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**9.8 Antes do início da fase de habilitação o Pregoeiro poderá solicitar proposta final ao vencedor de cada item, conforme descrito no item 11 (DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA) deste edital.**

9.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 10 DA HABILITAÇÃO

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

10.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903



10.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

**10.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.**

**10.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.**

10.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

**10.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.**

10.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **10.8 Habilitação jurídica:**

10.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

10.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante, sucursal, filial ou agência;

10.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

10.8.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### **10.9 Regularidade fiscal e trabalhista:**

10.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação decertidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.9.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.9.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.5 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.10 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.11 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.11.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.12 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.13 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.14 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá

Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.15 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.16 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 Considerando que, todas as especificações do objeto contidas, tanto nas propostas cadastradas inicialmente no sistema de compras do governo federal, quanto na proposta vencedora, vinculam a contratada, o Pregoeiro solicitará proposta final ao licitante declarado vencedor.

11.2 A proposta deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.2.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.2.2 Conter Descrição detalhada do objeto, a Razão Social, o CNPJ, o e-mail, o telefone e o endereço da licitante vencedora.

11.2.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3.1 As propostas inseridas no sistema ou enviadas por e-mail, sem a solicitação do pregoeiro, NÃO SERÃO CONSIDERADAS para fins do subitem 11.1.

11.3.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4.2 A proposta final deverá conter valores expressos em moeda corrente nacional, ou seja, com até duas casas decimais. As casas decimais excedentes serão consideradas apenas no momento da disputa de lances, para efeito de desempate. Posteriormente, esses valores poderão ser negociados.

11.4.2.1 O valor final negociado não poderá ser maior que o lance vencedor.

11.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação

## 16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

## 17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2 O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente (ICNE – Informações Complementares da Nota de Empenho), conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**17.2.1 Considerando que os processos de Aquisição da Administração estão tramitando pelo Sistema Eletrônico de Informação – SEI (Portaria COGEAD nº 76 de 29 de abril de 2020), o fornecedor deverá estar previamente cadastrado junto a Fiocruz para habilitação de assinaturas no SEI, através do link: [https://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&acao\\_origem=usuario\\_externo gerar senha&id\\_orcao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar senha&id_orcao_acesso_externo=0)**

17.2.2 Alternativamente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

17.2.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

17.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

17.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **18 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

18.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **19 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

19.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **20 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **21 DO PAGAMENTO**

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

## **22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 22.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 22.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 22.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 22.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 22.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.1.6. Não manter a proposta;
- 22.1.7. Cometer fraude fiscal;
- 22.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903



22.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**22.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**22.3.2.** Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**22.3.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**22.3.4.** Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**22.11.1.** Para avaliação da proporcionalidade das sanções, a autoridade competente observará, no que couber, os critérios objetivos para dosimetria de sanções administrativas, no âmbito da FIOCRUZ, dispostos na Portaria nº 150/2019-COGEAD, de 16/09/2019, anexa ao Edital.

**23.13.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**23.14.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**24.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

poderá impugnar este Edital.

**24.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [pregaoeletronico.far@fiocruz.br](mailto:pregaoeletronico.far@fiocruz.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Comandante Guarany, 447 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro – RJ – Serviço de Compras.

**24.3.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

**24.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**24.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

**24.6.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**24.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**24.7.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**24.8.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**25.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**25.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**25.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**25.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**25.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**25.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**25.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**25.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**25.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**25.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**25.11.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Comandante Guarany, 447 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro - RJ, nos dias úteis, no horário das 8:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**25.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**25.12.1.** ANEXO I - Termo de Referência;

**25.12.2.** ANEXO II - Minuta da ICNE;

**25.12.3.** ANEXO III - Portaria nº 150/2019-COGEAD, de 16/09/2019 – Trata da normatização de critérios objetivos para dosimetria de sanções administrativas, no âmbito da FIOCRUZ.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2022.

---

Responsável pela elaboração do Edital

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**AQUISIÇÕES**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS**

**(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 25387.000848/2022-96)**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de **ferramentas em geral e outros**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| <b>ITEM</b> | <b>DESCRIÇÃO<br/>ESPECIFICAÇÃO</b>   | <b>QUANT.<br/>TOTAL</b> | <b>UNID.<br/>DE<br/>MEDIDA</b> | <b>VALOR<br/>UNITÁRIO<br/>MÁXIMO<br/>ACEITÁVEL R\$</b> | <b>VALOR TOTAL<br/>MÁXIMO<br/>ACEITÁVEL R\$</b> |
|-------------|--|-------------------------|--------------------------------|--|---|
| 01          | BOMBA MANUAL EM ACO INOX ADAPTAVEL A TAMBORES DE 200 LITROS<br>FUNCIONAMENTO POR MEIO DE ALAVANCA<br>DESLOCAMENTO POSITIVO<br>IDEAL PARA TRANSFERENCIA DE ALCOOL ETILICO, ISOPROPILICO E ACETONA   | 6                       | UNI                            |  |   |
| 02          | CHAVE CRUZADA 3/16 X 4" - CHAVE DE FENDA TIPO CRUZADA<br>PHILL IPS 3/16 X 4" ACO<br>VANADIUM. HASTE NIQUELADA E CROMADA, CABO EM P OLIPROPILENO AZUL, PONTA FOSFATIZADA.<br>CHAVE COM LÂMINA REDONDA PARA PARAFUSOS TIPO FENDA CRUZADA "PHILLIPS". | 2                       | UNI                            |  |   |
| 03          | CHAVE FENDA 3/8 X 10" - CHAVE DE FENDA 3/8 X 10", ACO<br>VANADIUM. HASTE NIQUELADA E CROMADA, CABO EM POLIPROPILENO AZUL, PONTA FOSFATIZADA. CHAVE COM<br>LÂMINA REDONDA, RESISTENTE.  | 2                       | UNI                            |  |   |
| 04          | CHAVE FENDA 5/16 X 4" - CHAVE DE FENDA 5/16 X 4", ACO<br>VANADIUM. HASTE NIQUELADA E CROMADA, CABO EM POLIPROPILENO AZUL, PONTA FOSFATIZADA. CHAVE COM<br>LÂMINA REDONDA, RESISTENTE.  | 2                       | UNI                            |  |   |
| 05          | CHAVE FENDA 1/8 X 4" - CHAVE DE FENDA 1/8 X 4", ACO<br>VANADIUM. HASTE NIQUELADA E CROMADA, CABO EM POLIPROPILENO AZUL, PONTA FOSFATIZADA. CHAVE COM<br>LÂMINA REDONDA, RESISTENTE.  | 2                       | UNI                            |  |   |

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

|    |   |   |     |  |  |
|----|---|---|-----|--|--|
| 06 | <p>APALPADOR DE FOLGAS - CODIGO 90318108464430</p> <p>CALIBRADOR, MATERIAL: AÇO, TIPO: FOLGAS, COMPRIMENTO LÂMINA: 0,05 MM, À 1,00MM MM, CAPACIDADE: 20 LAMINAS</p>   | 3 | UNI |  |  |
| 07 | <p>TERMOMETRO DIGITAL PARA TEMPERATURA AMBIENTAL</p> <p>TERMÔMETRO, TIPO LASER DIGITAL, FAIXA MEDIÇÃO TEMPERATURA -50 A 380, APLICAÇÃO EFETUAR MEDIÇÕES EM LUGARES DE DIFÍCIL ALCANCE, ELEMENTO EXPANSÃO INFRAVERMELHO, MATERIAL PLÁSTICO E AÇO INOX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MIRA LASER CLASSE II; DISTÂNCIA DO FOCO DE 50:1, PRECISÃO +/- 1, ALIMENTAÇÃO BATERIA / PILHA</p> <p><b>O ITEM DEVE VIR COM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO</b></p> | 4 | UNI |  |  |
| 08 | <p>ALICATE UNIVERSAL MATERIAL FORJADO EM AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO PROFISSIONAL, MATERIAL CABO PLÁSTICO, TIPO CABO ISOLADO 1.000 VOLTS, TIPO CORTE</p> <p>TEMPERADO POR INDUÇÃO, COMPRIMENTO 200, PESO 410.</p>   | 4 | UNI |  |  |
| 09 | <p>CHAVE DE FENDA MATERIAL HASTE AÇO VANÁDIO 50CRV4 / 73MOV52, MATERIAL</p> <p>CABO POLIPROPILENO, TIPO PONTA CHATA, BITOLA 1/8 X 2</p>   | 2 | UNI |  |  |
| 10 | <p>CHAVE DE FENDA MATERIAL HASTE AÇO CROMO VANÁDIO, MATERIAL CABO POLIPROPILENO, TIPO PONTA CHATA, BITOLA 5/16' X 6', COMPRIMENTO HASTE</p> <p>120, ACABAMENTO SUPERFICIAL HASTE CROMADO, TIPO MANUAL.</p>  | 2 | UNI |  |  |
| 11 | <p>CHAVE DE FENDA MATERIAL HASTE CARBONO TEMPERADO, MATERIAL CABO POLIPROPILENO, TIPO PONTA CHATA, BITOLA 3/16' X 1 1/2', CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COTOÇO</p>   | 2 | UNI |  |  |
| 12 | <p>CHAVE PHILLIPS CHAVE FENDA, MATERIAL HASTE AÇO VANÁDIO 50CRV4 / 73MOV52, MATERIAL CABO POLIPROPILENO, TIPO PONTA CRUZADA, BITOLA 1/4 X 6. PONTA FOSFATIZADA, ACABAMENTO SUPERFICIAL HASTE NIQUELADO E CROMADO,</p> <p>COMPRIMENTO 250, NORMAS TÉCNICAS DIN 8764.</p>   | 2 | UNI |  |  |

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

|    |  |   |     |  |  |
|----|--|---|-----|--|--|
| 13 | CHAVE PHILLIPS CHAVE FENDA, MATERIAL HASTE AÇO VANÁDIO 50CRV4 / 73MOV52, MATERIAL CABO POLIPROPILENO, TIPO PONTA CRUZADA, BITOLA 5/16" X 6", COMPRIMENTO HASTE 260. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA FOSFATIZADA,<br><br>ACABAMENTO SUPERFICIAL HASTE NIQUELADO E CROMADO. | 2 | UNI |  |  |
| 14 | ESQUADRO DE PRECISÃO COM FIO FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA PRECISÃO FINAMENTE RETIFICADO E LAPIDADO. COM AS DUAS ARESTAS (INTERNA E EXTERNA) COM FIO. EXATIDÃO DE ACORDO COM A NORMA DIN875/0 (CLASSE 0)<br><br>MEDIDA 200 X 130 [MM]                                | 2 | UNI |  |  |
| 15 | ESCANTILHÃO PARA PERFIS 55° E 60°  | 3 | CJ  |  |  |
| 16 | ESQUADRO PLANO EM AÇO INOXIDÁVEL DIN 875 DE<br><br>100.00 MM X 70.00 MM  | 2 | PÇ  |  |  |
| 17 | PONTA ROTATIVA CONE MORSE 3 TIPO STANDARD  | 2 | UNI |  |  |
| 18 | PONTA ROTATIVA CONE MORSE 3 TIPO SUPER   | 2 | UNI |  |  |
| 19 | PONTA ROTATIVA CONE MORSE 4 TIPO STANDARD  | 2 | UNI |  |  |
| 20 | PONTA ROTATIVA CONE MORSE 4 TIPO SUPER   | 2 | UNI |  |  |
| 21 | PENTE DE ROSCA 0,35 - 6MM (21 LÂMINAS)   | 3 | UNI |  |  |
| 22 | PENTE DE ROSCA 0,4 - 7MM (21 LÂMINAS)  | 3 | UNI |  |  |
| 23 | PENTE DE ROSCA 4 - 60FPP/550 (28 LÂMINAS)  | 3 | UNI |  |  |
| 24 | PLACA UNIVERSAL COM DIÂMETRO EXTERNO DE 8", CORPO DE FERRO COM 2 JOGOS DE 3 CASTANHAS SENDO UM PARA INTERNO E UM EXTERNO FUNDO RETO NACIONAL   | 3 | PÇ  |  |  |
| 25 | PLACA UNIVERSAL COM DIÂMETRO EXTERNO DE 10", CORPO DE FERRO COM 2 JOGOS DE 3 CASTANHAS SENDO UM PARA INTERNO E UM EXTERNO FUNDO RETO NACIONAL  | 3 | PÇ  |  |  |
| 26 | TERMOMETRO, COM COLUNA DE MERCURIO, GRADUACAO DE 0C A 250C<br><br>TERMÔMETRO, TIPO: ANALÓGICO, FAIXA MEDIÇÃO TEMPERATURA: - 10 A + 250 °C, APLICAÇÃO: LABORATÓRIO, ELEMENTO EXPANSÃO: LÍQUIDO AVERMELHADO, MATERIAL: VIDRO, PRECISÃO: +, - 1 °C                            | 2 | UNI |  |  |
| 27 | ALICATE CORTE DIAGONAL ISOLADO DE 6"<br><br>ALICATE DE CORTE, MATERIAL: FORJADO EM   | 4 | UNI |  |  |



|    |   |   |     |  |  |
|----|---|---|-----|--|--|
|    | AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO CORTE: DIAGONAL, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, TIPO CABO: ISOLADO, USO: INDUSTRIAL, TIPO: PROFISSIONAL, COMPRIMENTO: 6 POL   |   |     |  |  |
| 28 | JOGO CHAVE DE PRECISAO RELOJUEIRO AÇO CROMO VANÁDIO, QUANTIDADE PEÇAS: 6, APLICAÇÃO: FERRAMENTAS SEM CORTE, COMPONENTES: 3 (PONTAS CHATAS) 1,0; 1,2; 1,8MM E 3 (PHILIPS)  | 3 | UNI |  |  |
| 29 | PONTA ROTATIVA PARA TORNO TNF CONE MORSE 3  | 2 | UNI |  |  |
| 30 | PONTA ROTATIVA PARA TORNO TNF CONE MORSE 4  | 2 | UNI |  |  |
| 31 | RISCADOR ACO PRATA COMPRIMENTO: 210 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA AFIADA E TEMPERADA   | 5 | UNI |  |  |
| 32 | SERRA COPO DIAMETRO DA SERRA: 1 5/16" BELZER<br><br>As marcas identificadas devem ser vistas como referência de qualidade em estrita observância do contido no Acórdão nº 2300/2007 – Plenário, auxiliando na descrição do objeto, sendo aceitos materiais de qualidade "equivalente", "similar" ou "de melhor qualidade" | 5 | UNI |  |  |
| 33 | SERRA COPO DIAMETRO DA SERRA: 1"  | 5 | UNI |  |  |
| 34 | SERRA COPO DIAMETRO DA SERRA 7/8" 22MM  | 5 | UNI |  |  |
| 35 | SERRA COPO DIAMERO DA SERRA: 9/16" (14mm)   | 5 | UNI |  |  |
| 36 | SERRA COPO DIAMETRO DA SERRA: 1 1/2" (38mm)   | 5 | UNI |  |  |
| 37 | SERRA COPO DIAMETRO DA SERRA: 1 1/4"  | 1 | UNI |  |  |
| 38 | SERRA COPO DIAMETRO DA SERRA: 1 3/8" (35mm)   | 5 | UNI |  |  |
| 39 | SERRA COPO DIAMETRO DA SERRA: 1 9/16" 39mm  | 5 | UNI |  |  |
| 40 | SERRA COPO DIAMETRO DA SERRA: 15/16" 24MM   | 5 | UNI |  |  |
| 41 | SERRA COPO DIAMETRO DA SERRA: 3/4" 19MM   | 5 | UNI |  |  |
| 42 | SERRA COPO DIAMETRO DA SERRA: 5/8" 16MM   | 5 | UNI |  |  |
| 43 | TRENA STANDARD 5M X 3/4 POL.  | 5 | UNI |  |  |
| 44 | TERMOMETRO DIGITAL TIPO ESPETO COM CAPA PROTETORA, A PROVA D'AGUA, ESCALA DE -45 A + 230°C, RESOLUCAO DE 0,1°C E BATERIA DE 1,5 VOLTS,<br><br><b>O ITEM DEVE VIR COM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO</b>  | 4 | UNI |  |  |
| 45 | CHAVE DE FENDA CRUZADA TIPO PHILLIPS 1/8" X 3" EM AÇO COM HASTE CROMADA E NIQUELADA   | 2 | PÇ  |  |  |
| 46 | CHAVE DE FENDA CRUZADA TIPO PHILLIPS 1/8" X 4" EM AÇO COM HASTE CROMADA E NIQUELADA   | 2 | PÇ  |  |  |

|    |   |   |     |  |  |
|----|---|---|-----|--|--|
| 47 | CHAVE DE FENDA CRUZADA TIPO PHILLIPS 1/8" X 6" EM AÇO COM HASTE CROMADA E NIQUELADA   | 2 | PÇ  |  |  |
| 48 | SACA POLIA 160MM COM 3 GARRAS ALTURA MÁXIMA DAS GARRAS: 110MM, PROFUNDIDADE ÚTIL DE TRABALHO DAS GARRAS: 20MM, ABERTURA MÁXIMA ÚTIL DE TRABALHO DAS GARRAS: 60MM, ABERTURA MÁXIMA DAS GARRAS: 160MM, CURSO DO FUSO: 170MM, CAPACIDADE DE FORÇA OPERACIONAL: 5,5 TONELADA  | 1 | PÇ  |  |  |
| 49 | SACA POLIA 200MM COM 2 GARRAS, GARRAS FORJADAS EM AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO CROMADO E NIQUELADAS, SEXTAVADO DO FUSO 17MM, PROFUNDIDADE ÚTIL DAS GARRAS: 24MM, ABERTURA MÁXIMA ÚTIL DE TRABALHO DAS GARRAS: 170MM, ABERTURA MÁXIMA DAS GARRAS: 200MM, CURSO DO FUSO: 240MM, CAPACIDADE DE FORÇA OPERACIONAL: 7,5 TONELADAS   | 1 | PÇ  |  |  |
| 50 | SACA POLIAS COM 3 GARRAS ARTICULADAS MEDIDA: 3"(85MM), CAPACIDADE FORÇA OPERACIONAL: 3 TONELADAS, FUSO FOSFATIZADO, GARRAS RESISTENTES PARA EXTRAÇÃO, FORJADAS EM AÇO CROMO VANÁDIO COM ACABAMENTO CROMADO, PARAFUSO CENTRAL E SUPORTE FORJADOS EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA COM ACABAMENTO FOSFATIZADO, GARRAS REVERSÍVEIS QUE PERMITEM SACAR PELO LADO INTERNO OU EXTERNO, UTILIZADO PARA EXTRAIR POLIAS, BUCHAS E ROLAMENTO      | 1 | PÇ  |  |  |
| 51 | KIT DE SERRAS COPO PARA ELETRICISTA 14 PEÇAS, SENDO: 10 SERRAS COPO BIMETAL SH DE DIÂMETROS: 22MM (7/8"), 29MM (1.1/8"), 35MM (1.3/8"), 44MM (1.3/4"), 51MM (2"), 64MM (2.1/2"), 76MM (3"), 92MM (3.5/8"), 105MM (4.1/8"), 121MM (4.3/4"). 04 ACESSÓRIOS: A1, A2, A7, A12 E MALETA SUPER RESISTENTE. PARA APLICAÇÕES NO RAMO ELÉTRICO, SEJA EM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO OU PEQUENOS REPAROS. GARANTIA MÍNIMA DO FORNECEDOR DE 1 ANO | 2 | KT  |  |  |
| 52 | CHAVE DE FENDA 1/4" X 6" EM AÇO COM HASTE NIQUELADA E CROMADA.  | 2 | UNI |  |  |
| 53 | CHAVE DE FENDA 1/4" X 4" EM AÇO COM HASTE NIQUELADA E CROMADA.  | 2 | UNI |  |  |
| 54 | CHAVE DE FENDA 1/4" X 8" EM AÇO COM HASTE NIQUELADA E CROMADA.  | 2 | UNI |  |  |
| 55 | CHAVE DE FENDA 1/4"X10" EM AÇO COM HASTE NIQUELADA E CROMADA.   | 2 | UNI |  |  |
| 56 | CHAVE DE FENDA 1/8" X 3" EM AÇO COM HASTE NIQUELADA E CROMADA.  | 2 | UNI |  |  |
| 57 | CHAVE DE FENDA 3/16" X 5" EM AÇO COM HASTE NIQUELADA E CROMADA.   | 2 | UNI |  |  |

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá

Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

|    |   |    |     |  |  |
|----|---|----|-----|--|--|
| 58 | CHAVE DE FENDA 3/16" X 4" EM AÇO COM HASTE NIQUELADA E CROMADA.   | 2  | UNI |  |  |
| 59 | CHAVE DE FENDA 3/16" X 6" EM AÇO COM HASTE NIQUELADA E CROMADA.   | 2  | UNI |  |  |
| 60 | CHAVE DE FENDA 3/16" X 8" EM AÇO COM HASTE NIQUELADA E CROMADA.   | 2  | UNI |  |  |
| 61 | CHAVE DE FENDA 5/16" X 12" EM AÇO COM HASTE NIQUELADA E CROMADA.  | 2  | UNI |  |  |
| 62 | CHAVE DE FENDA 5/16" X 8" EM AÇO COM HASTE NIQUELADA E CROMADA.   | 2  | UNI |  |  |
| 63 | CHAVE DE FENDA COTOCO 1/4" X1.1/2" EM AÇO COM HASTE NIQUELADA E CROMADA.  | 3  | UNI |  |  |
| 64 | CHAVE DE FENDA CRUZADA TIPO PHILLIPS 1/4"X1.1/2" (COTOCO)   | 3  | UNI |  |  |
| 65 | CONJUNTO DE CHAVES DE BOCA EM POLEGADA, MATERIAL AÇO-CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO CROMADO, JOGO DE 12 PEÇAS (1/4"x5/16", 3/8"x7/16", 1/2"x9/16", 5/8"x11/16", 3/4"x25/32", 13/16"x7/8", 15/16"x7/8", 15/16"x1", 1-1/16"x1-1/4", 1-3/8"x1-1/2", 1-7/16x1-5/8", 1-11/16"x1-7/8", 1-13/16"x2").   | 3  | JG  |  |  |
| 66 | MACARICO DE TURBO TOCHA SOLDADA TUBOS 1"  | 2  | UNI |  |  |
| 67 | REBITADOR MANUAL (POP), TIPO ALICATE, FABRICADO EM AÇO ESTAMPADO, CABO EMBORRACHADO ERGONÔMICO, PARA REBITES DE ALUMÍNIO ATÉ 4 MM, ACOMPANHA CHAVE PARA APERTO E BICOS DE 3/32", 1/8" (2PEÇAS) E 5/32".   | 10 | UNI |  |  |
| 68 | CHAVE DE GRIFO PARA TUBOS 18"   | 1  | PÇ  |  |  |
| 69 | CHAVE DE FENDA CRUZADA TIPO PHILLIPS 5/16"X8" EM AÇO COM HASTE CROMADA E NIQUELADA  | 2  | PÇ  |  |  |
| 70 | CHAVE DE FENDA CRUZADA TIPO PHILLIPS 3/16"X8" EM AÇO COM HASTE CROMADA E NIQUELADA  | 2  | PÇ  |  |  |
| 71 | CHAVE DE FENDA CRUZADA TIPO PHILLIPS 1/4"X4" EM AÇO COM HASTE CROMADA E NIQUELADA   | 2  | PÇ  |  |  |
| 72 | CHAVE DE FENDA CRUZADA TIPO PHILLIPS 3/16"X3" EM AÇO COM HASTE CROMADA E NIQUELADA  | 2  | PÇ  |  |  |
| 73 | ALICATE UNIVERSAL PROFISSIONAL DE 8 POLEGADAS; FABRICADO EM AÇO VANÁDIO; COM SUAS MANDÍBULAS PLANAS E OVALADAS; UTILIZANDO AS PARTES INTERNAS DO CABO (REGIÃO RETIFICADA PRÓXIMA A ARTICULAÇÃO DO ALICATE), PODEMOS PRENSAR TERMINAIS; COM ALICATE DE CABO ISOLADO PARA 1000V; PERMITE CORTAR FIOS, CABOS E ARAMES DE COBRE, LATÃO, BRONZE, ALUMÍNIO, PLÁSTICO E AÇO COM DIÂMETRO MÁXIMO DE 2 MM. GARANTIA MÍNIMA DO FORNECEDOR DE 1 ANO. | 4  | UNI |  |  |
| 74 | ALICATE MEIA CANA; FABRICADO EM AÇO CROMO VANÁDIO COM ÓTIMO ACABAMENTO; CABO COM ISOLAMENTO DE 1000V,   | 1  | UNI |  |  |

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá

Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

|    |  |   |     |  |  |
|----|--|---|-----|--|--|
|    | FERRAMENTA CERTIFICADA PELA NORMA NBR9699 E NR 10; COMPRIMENTO: 6" GARANTIA MÍNIMA DO FORNECEDOR DE 1 ANO.   |   |     |  |  |
| 75 | ALICATE DE BICO TIPO TELEFONE 8 POLEGADAS; FABRICADO EM AÇO CROMO ESPECIAL; ACABAMENTO POLIDO; CABOS ERGONÔMICOS E EMBORRACHADOS; TAMANHO DO ALICATE: 200MM (8"). GARANTIA MÍNIMA DO FORNECEDOR DE 1 ANO.  | 4 | UNI |  |  |
| 76 | JOGO DE CHAVES DE FENDA SIMPLES E CRUZADA ISOLADAS 1000V CONTENDO 6 CHAVES. DESCRIÇÃO: CHAVES DE FENDA SIMPLES EM AÇO VANADIUM. CABO ERGONÔMICO. LARGURA DA PONTA É IGUAL AO DIÂMETRO DA HASTE, POSSIBILITANDO O USO EM BORNES (TERMINAIS) NA LINHA ELÉTRICA E ELETRÔNICA. CHAVE ISOLADA ATÉ 1000 V, CONFORME A NORMA NBR 9699 (ATENDENDO À NR10). DIN ISO 2380-2. PONTA CONFORME DIN ISO 2380-1, FORMA B. MEDIDAS: 1/8"X4", 3/16"X4" E 1/4" X6". CHAVES DE FENDA CRUZADA EM AÇO VANADIUM. CABO ERGONÔMICO. CHAVES DE FENDA SIMPLES COM LÂMINA REDONDA PARA PARAFUSOS COM FENDA CRUZADA "PHILLIPS", POSSIBILITANDO O USO NA LINHA ELÉTRICA E ELETRÔNICA. CHAVE ISOLADA ATÉ 1000 V, CONFORME A NORMA NBR 9699 (ATENDENDO À NR10). DIN ISO 8764-2. PONTA CONFORME DIN ISO 8764-1 PH. MEDIDAS: 3/16"X3" , 1/4"X6" E 1/8"X2.3/8. GARANTIA DO FORNECEDOR DE 1 ANO | 4 | JG  |  |  |
| 77 | JOGO DE CHAVES DE BOCA EM MILÍMETROS DE COMPRIMENTO LONGO, JOGO DE 10 PEÇAS (6,0-7,0; 8,0-9,0; 10,0-11,0;12,0-13,0; 14,0-15,0; 16,0-17,0; 18,0-19,0; 20,0-22,0; 21,0-23,0; 24,0-27,0) MATERIAL: AÇO-CROMO VANÁDIO  | 3 | JG  |  |  |
| 78 | CHAVES COMBINADAS DE BOCA E ANEL EM POLEGADAS DE COMPRIMENTO LONGO, JOGO DE 10 PEÇAS (1/4"; 5/16"; 3/8"; 7/16"; 1/2"; 9/16"; 5/8"; 11/16"; 3/4"; 13/16") MATERIAL: AÇO-CROMO VANÁDIO   | 3 | JG  |  |  |
| 79 | CONJUNTO DE CHAVES COMBINADAS DE BOCA E ANEL EM MM DE COMPRIMENTO LONGO, JOGO DE 11 PEÇAS (7,0; 8,0; 9,0; 10,0,11,0; 12,0; 13,0; 14,0; 17,0; 19,0 E 22,0). MATERIAL: AÇO-CROMO VANÁDIO   | 3 | CJ  |  |  |
| 80 | CONJUNTO DE CHAVES ALLEN EM MILÍMETROS DE PERFIL DO CORPO EM L, COMPRIMENTO LONGO, JOGO DE 16 PEÇAS (1,5; 2,0; 2,5; 3,0; 4,0; 4,5; 5,0; 5,5; 6,0; 7,0; 8,0; 9,0; 10,0, 11,0; 12,0; 14,0)   | 6 | CJ  |  |  |
| 81 | ESQUADRO PLANO   | 2 | UNI |  |  |

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá

Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

|    |   |   |     |  |
|----|---|---|-----|--|
|    | MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL<br>TEMPERADO NORMA: DIN 875<br>CLASSE: 0 DIMENSÕES: 150x100 mm   |   |     |  |
| 82 | MULTIMETRO DIGITAL 600V CAT III 10A<br>CLASSIFICAÇÃO DE SEGURANÇA 600 V<br>CAT III<br>VISOR 50% MAIOR COM LUZ DE FUNDO<br>BRANCA BRILHANTE<br>INDICADOR DE TENSÃO EXCEDIDA<br>MEDIÇÃO DE FREQUÊNCIA E<br>TEMPERATURA<br>TENSÃO, RESISTÊNCIA, CONTINUIDADE<br>E CAPACIDADE<br>TERMINAL DE ENTRADA PARA<br>MEDIÇÕES DE CORRENTE AC E<br>DC PARA CORRENTE DE 10 A<br>TESTE DE DÍODOS, RETENÇÃO DE DADO<br>TENSÃO MÁXIMA ENTRE QUALQUER<br>TERMINAL E O ATERRAMENTO:<br>1000V;<br>VISOR (LCD): 4000 CONTAGENS,<br>ATUALIZAÇÃO 3/SEGUNDOS;<br>TIPO DE BATERIA: 2 AA, NEDA 15A, IEC<br>LR6;<br>AUTONOMIA DAS PILHAS: MÍNIMO DE<br>500 HORAS (50 HORAS<br>NO MODO DE TESTE DE<br>LED SEM CARGA. AS HORAS COM<br>CARGA DEPENDEM DO TIPO<br>DE LED SENDO TESTADO);<br>TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0°C A<br>40°C;<br>TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: -<br>30°C A 60°C;<br>UMIDADE DE FUNCIONAMENTO SEM<br>CONDENSAÇÃO (UMIDADE DE FUNCIONAMENTO FAIXA<br>DE 40 MOHM:<br>ALTITUDE DE OPERAÇÃO: 2.000M;<br>ALTITUDE DE ARMAZENAMENTO:<br>12.000M;<br>COEFICIENTE DE TEMPERATURA: 0,1 X<br>(PRECISÃO<br>ESPECIFICADA) /°C (28°C); PROTEÇÃO<br>DE FUSÍVEL PARA<br>ENTRADAS DE CORRENTE: FUSÍVEL<br>RÁPIDO DE 440 MA,<br>1000 V, SOMENTE PEÇA ESPECIFICADA<br>DA FLUKE; FUSÍVEL<br>RÁPIDO DE 11 A, 1000V, SOMENTE PEÇA<br>ESPECIFICADA DA<br>FLUKE; TAMANHO (A X L X C): 183 X 91 X<br>49,5MM;<br>CLASSIFICAÇÃO IP: IP 40;<br>SEGURANÇA: IEC 61010-1, IEC61010-2-<br>030 CAT III 600 V,<br>CAT II 1000 V,<br>GRAU DE POLUIÇÃO 2;<br><br>AMBIENTE ELETROMAGNÉTICO: IEC<br>61326-1: PORTÁTIL; | 2 | UNI |  |
| 83 | ALICATE PRENSA TERMINAL PINO<br>TUBULAR 7"<br>FAIXA DIMENSIONAL: FIOS E CABOS<br>COM BITOLAS DE 0,25 MM² A 6,0 MM²<br>MATERIAL DO CORPO DO ALICATE: AÇO<br>CARBONO<br>ACABAMENTO DO ALICATE: PINTADO<br>COMPRIMENTO TOTAL DO ALICATE: 7" -  | 4 | UNI |  |

|    |   |    |     |  |  |
|----|---|----|-----|--|--|
|    | 177 MM TIPO DO CABO DO ALICATE:<br>CABO PLASTIFICADO  |    |     |  |  |
| 84 | RELOGIO COM VISOR DIGITAL 4 DÍGITOS DE 6" (276 LEDS SMD) DIMENSÕES: 58 X 25 X 3,5 CM PESO: 1080 G VISUALIZAÇÃO: ATÉ 100 METROS- CONSUMO:12 W (FONTE BIVOLT AUTOMÁTICO) ALCANCE DO CONTROLE WI: ATÉ 80 M (LIVRE DE BARREIRAS) INSTALAÇÃO: POR SUSPENSÃO MANUAL: PORTUGUÊS MEMÓRIA PARA ATÉ 10 CONTROLES FUNCIONANDO SIMULTANEAMENTE 16 SONS DIFERENTES CONFIGURÁVEIS SAÍDA PARA PAINEL ESCRAVO SAÍDA PARA SIRENE EXTERNA (NECESSÁRIO MÓDULO DE SIRENE) ENTRADA EXTERNA PARA START, PAUSE E STOP NO CRONÔMETRO ENTRADA PARA SENSOR EXTERNO DE TEMPERATURA FUNÇÃO STAND BY POSSUI BATERIA INTERNA DE BACKUP QUE MANTÉM TODAS AS CONFIGURAÇÕES E HORA CORRETOS QUANDO HOÚVER FALTA DE ENERGIA VOLUME DOS SONS AJUSTÁVEL | 30 | UNI |  |  |
| 85 | CALIBRADOR DE RAIOS 1-6,5MM COM 32 LÂMINAS PARA MEDIÇÃO DE RAIOS CÔNCAVOS E CONVEXOS COMPOSIÇÃO (CÔNCAVO/CONVEXO): 1 - 1,25 - 1,5 - 1,75 - 2 - 2,25 - 2,5 - 2,75 - 3 - 3,5 - 4 - 4,5 - 5 - 5,5 - 6 - 6,5 (MM)   | 3  | UNI |  |  |
| 86 | CALIBRADOR DE RAIOS 7-14,5MM COM 32 LÂMINAS PARA MEDIÇÃO DE RAIOS CÔNCAVOS E CONVEXOS COMPOSIÇÃO (CÔNCAVO/CONVEXO): 7 - 7,5 - 8 - 8,5 - 9 - 9,5 - 10 - 10,5 - 11 - 11,5 - 12 - 12,5 - 13 - 13,5 - 14 - 14,5 (MM)  | 3  | UNI |  |  |
| 87 | RELÓGIO COMPARADOR ANALÓGICO CAPACIDADE (VOLTA): 5,0 mm (1,0 mm) GRADUAÇÃO: 0,01 mm EXATIDÃO: 12 µm FORÇA DE MEDIÇÃO: 1,4 N COM ORELHA: SIM ENGRENAGEM PRINCIPAL CONSTRUÍDA EM AÇO INOXIDÁVEL COM ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE E À DEFORMAÇÃO.<br><br><b>CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO COM RASTREABILIDADE INMETRO/RBC</b>  | 3  | UNI |  |  |
| 88 | RELÓGIO APALPADOR ANALÓGICO HORIZONTAL<br><br>CAPACIDADE: 1,50 mm RESOLUÇÃO/GRADUAÇÃO: 0,01 mm EXATIDÃO: ±16 µm LEITURA DA ESCALA: 0-25-0 FORÇA DE MEDIÇÃO: 0,4N OU MENOR C/PONTA METAL DURO<br><br><b>CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO COM RASTREABILIDADE INMETRO/RBC</b>  | 3  | UNI |  |  |

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903



|               |  |   |     |  |  |
|---------------|--|---|-----|--|--|
| 89            | RELÓGIO APALPADOR ANALÓGICO COMPACTO<br>CAPACIDADE: 1 MM<br>RESOLUÇÃO/GRADUAÇÃO: 0,01 MM<br>EXATIDÃO: 10 µM<br>LEITURA DA ESCALA: 0-50-0<br>FORÇA DE MEDIÇÃO: 0,3N OU MENOR<br><br><b>CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO COM RASTREABILIDADE INMETRO/RBC</b>  | 1 | UNI |  |  |
| 90            | TERMÔMETRO PORTÁTIL COM SONDA DE IMERSÃO; APLICAÇÃO: MEDIÇÃO DE TEMPERATURA EM LÍQUIDOS E SEMISSÓLIDOS.<br>FAIXA DE MEDIÇÃO DE -50°C A 200°C;<br>RESOLUÇÃO 0,1°C;<br>HASTE DE INOX MÍNIMO DE 165 MM (COMP.) E 3,5 MM (DIAM.); CABO DO SENSOR 1200 MM (COMP.) E 0,5 MM (DIAM.); VISOR LCD; CAPA PROTETORA PARA SONDA; ESTOJO DE ARMAZENAMENTO;<br><br><b>CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO</b>                          | 4 | UNI |  |  |
| 91            | CRONÔMETRO DIGITAL PARA REGISTRO DE ATIVIDADES QUE EXIJAM CONTROLE EXATO DO TEMPO; CONTROLE DE TEMPO EM PROCESSOS E LINHAS DE PRODUÇÃO; POSSUI FUNÇÃO RELÓGIO, CRONÓGRAFO, DOIS TEMPOS, CALENDÁRIO, ALARME PROGRAMADO E ALARME DE HORA.<br>SISTEMAS DE EXIBIÇÃO DE 12 E 24H; COM CORDÃO PARA TRANSPORTE; RESOLUÇÃO DO CRONÓGRAFO: 1/100 SEGUNDOS;<br>CONTAGEM DO CRONÓGRAFO 23 HORAS, 59 MINUTOS E 59 SEGUNDOS | 4 | UNI |  |  |
| <b>Total:</b> |  |   |     |  |  |

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 95 (noventa e cinco) dias, contados da data de assinatura do Termo de Contrato (ou instrumento substituto) pela Contratante – ato contínuo à assinatura da Contratada – em virtude da adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), ou, de forma alternativa, da data de aceite da Nota de Empenho pela Contratada, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Justificativa da Necessidade

A presente solicitação de aquisição de 6 (seis) bombas manuais (bomba manual rotativa, em aço inox, pelo menos 2 metros mangueira plástica e bico em tubo aço, bombeamento líquidos inflamáveis), tem por objetivo atender ao setor de produção, especificamente para uso no procedimento de pesagem e transferência de líquidos no Centro Tecnológico de Medicamentos - Farmanguinhos.

Estes equipamentos destinam-se a realizar a transferência de líquidos, inclusive corrosivos e inflamáveis, nas etapas de pesagem e transferência de líquidos que serão utilizadas em etapas subsequentes de fabricação em Farmanguinhos. O uso e pesagem desses líquidos ocorrem de acordo com os procedimentos operacionais, normas de segurança e fichas técnicas, as quais são devidamente validadas. A ausência desses materiais acarretará a não execução do processo de pesagem seguindo as boas práticas de pesagem e levará a um maior risco ocupacional ao colaborador pesador, pois a transferência desses líquidos, que eventualmente serão

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá

Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

corrosivos e inflamáveis, ocorrerá manualmente. Além disso, prejudicará a velocidade de produção.

A quantidade estabelecida foi baseada em um projeto de adequação de processos de manuseio dos produtos inflamáveis, para facilitar os operadores no seu trabalho diário.

A aquisição de materiais de consumo (diversos) para uso do Setor de Manutenção Fabril, usinagem e oficina de manutenção por tem por objetivo atender as demandas de serviços principalmente nas intervenções corretivas e manutenções preventivas dos equipamentos utilizados para produção de medicamentos do Complexo Tecnológico de Medicamentos CTM/FAR. Com o aumento na produção de medicamentos e aquisição de novos equipamentos, vislumbramos a necessidade de ter um estoque maior destes materiais, aliado a isto, aumentamos também a quantidade de itens solicitados em outras requisições, como em inúmeras ocasiões houve a necessidade de certos materiais bem específicos ocasionou um grande transtorno, gerando inclusive a paralisação de equipamentos e conseqüentemente a parada da produção. Atualmente possuímos quantidades mínimas desse s materiais em estoque, portanto estas quantidades irão suprir a necessidade de troca que se façam necessárias e teremos também como citado acima, um estoque que ficará com quantidades suficientes para atender nossa demanda de intervenções, quer seja de cunho corretiva ou preventiva, evitando assim a paralisação dos equipamentos e garantindo a continuidade do processo produtivo que é de vital importância para nossa unidade.

A finalidade de aquisição de ferramentas para uso do Almoxarifado do Setor de Manutenção de Utilidades, Fabril, Oficina de usinagem e Serralheria industrial é o de poder viabilizar a substituição e complementação de ferramentas que são utilizadas para as manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos e sistemas atendidos pelos setores específicos.

Algumas ferramentas devido à constante utilização e pelo tempo de uso estão com alto grau de desgaste, ocasionando assim de certa forma precariedade e atraso na execução das tarefas diárias.

Solicitamos ainda que as ferramentas a serem adquiridas sejam preferencialmente das marcas especificadas conforme relação: Stanley, Gedore, Belzer, tal solicitação se justifica, pelo fato dos serviços executados serem específicos, de vital importância para esta unidade, as marcas sugeridas possuem um alto padrão de qualidade, durabilidade e desempenho, atendendo plenamente as necessidades de nossa fábrica.

As marcas identificadas devem ser vistas como referência de qualidade em estrita observância do contido no Acórdão nº 2300/2007 – Plenário, auxiliando na descrição do objeto, sendo aceitos materiais de qualidade “equivalente”, “similar” ou “de melhor qualidade”, mediante apresentação de laudo, que comprove o desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente às marcas de referência mencionadas no edital.

A presente solicitação, de aquisição de 4 (quatro) Termômetros Digital a Laser Infravermelho Portátil (Tipo Pistola), 2 (dois) Termômetro de Coluna de Mercúrio, 4 (quatro) Termômetros Digital Espeto e 4 (quatro) Termômetros portátil com sonda de imersão, se faz necessário para realizar a verificação da temperatura da água e dos produtos durante as etapas de secagem, preparo de solução granulante, revestimento e limpeza, bem como a temperatura dos cilindros de aquecimento na etapa de embalagem. Essas verificações são partes integrantes das etapas produtivas descritas nas fichas técnicas dos produtos e a sua não realização implica em não conformidade as Boas Práticas de Fabricação, conforme preconizado na RDC nº 301 de 21 de Agosto de 2019, evidenciando assim a importância dessas aquisições. Outro ponto a ser mencionado que esta aquisição visa também substituir instrumentos danificados pelo uso, sendo necessária a reposição imediata de modo a atender a atividade descrita.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1 A aquisição se faz necessária com objetivo de manter em perfeito funcionamento nossa área de produção, sendo assim se torna imprescindível esta aquisição destes termômetros.

A aquisição se faz necessária com objetivo de manter em perfeito funcionamento nossa área de produção, sendo assim se torna imprescindível esta aquisição destas bombas manuais.

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

A aquisição se faz necessária com objetivo de manter em perfeito funcionamento nossa área de produção, sendo assim se torna imprescindível esta aquisição destes utensílios.

#### **4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1. O material a ser adquirido é de natureza comum, ou seja, atende aos padrões de desempenho e objetividade com especificação usual no mercado, nos termos do Parágrafo Único, do artigo 1º, da Lei nº 10.520/2002.

#### **5. SISTEMAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1 A presente aquisição não se dará por Sistema de Registro de Preços por não preencher nenhuma das hipóteses contidas no Decreto nº 7.892/2013. Os materiais estão sendo adquiridos para uso imediato e não haverá necessidade de novas aquisições no presente Exercício.

#### **6. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE**

6.1 Em consulta ao Guia Prático de Licitações Sustentáveis da AGU, bem como ao sítio Compras Governamentais não encontramos quaisquer critérios de sustentabilidade que se apliquem aos produtos aqui pretendidos. No entanto, entendemos que poderá ser observada a condição contida no inciso III do artigo 5º da IN MPOG nº 01/2010.

#### **7. MARGEM DE PREFERÊNCIA**

7.1 Em consulta ao sítio Compras Governamentais, através do link: margem de preferência, não identificamos a existência de legislação aplicável relativa à margem de preferência para o material aqui solicitado.

#### **8. DADOS ADICIONAIS**

8.1. Os prazos e condições deverão respeitar o contido no Memo Circular - VDGI nº 01/2019.

ETP - 51/2022/ETP 45/2022/ETP 47/2022/ETP 43/2022/ETP 42/2022/ETP 53/2022/

PGC:2470 SAP: 6000010578  
PGC:2455 SAP: 6000010604  
PGC:2680 SAP: 6000010884  
PGC: 2463 - SAP: 6000001267  
PGC: 3547 SAP: 6000010866  
PGC 103993 – SAP: 7000003122  
PGC 2444#SAP #6000004586  
PGC 2443 SAP #6000002954  
PGC 2445#SAP #7000004810  
PGC 2681#SAP #6000010882  
2476 600010602  
2477 600004171  
PGC 3004#SAP #7000003368  
PGC 3006#SAP #7000003370

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

PGC 3007#SAP #6000003063  
PGC 3008#SAP #7000003482  
PGC 3009#SAP #7000003369  
PGC 3010#SAP #6000010408  
PGC 3199#SAP #7000003572  
PGC 3421#SAP #6000010748  
PGC 3422#SAP #6000010749  
PGC 3423#SAP #6000010750  
PGC 3161#SAP #7000003487  
PGC 3162#SAP #7000003486  
PGC 3163#SAP #7000003551  
PGC 3165#SAP #7000003468  
PGC 3166#SAP #7000003470  
PGC 3167#SAP #7000003473  
PGC 3168#SAP #7000003475  
PGC 3164#SAP #7000003552

## 9. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. O prazo de entrega dos bens é de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de início do prazo de vigência da contratação, em remessa única, no seguinte endereço: **RUA: COMANDANTE GUARANY, 447 – JACAREPAGUÁ/CURICICA – RIO DE JANEIRO – RJ – CEP: 22775-903 - Horário: 08:00 horas às 12:00 e 13:00 às 15:00 hs. Deverá ser agendado através do e-mail [logistica@far.fiocruz.br](mailto:logistica@far.fiocruz.br) – Divisão de Logística. Servidor responsável pelo recebimento: Cristina Conceição Rocha Guedes, Mat. SIAPE: 1635122.**

9.2. A Nota Fiscal eletrônica (NF-e) apresentada pela empresa no momento da entrega do produto deverá vir acompanhada da cópia do Pedido e da cópia da Nota de Empenho referentes ao fornecimento executado, ou deverá mencionar o número do processo.

9.2.1. Até o momento da entrega do produto deverá ser encaminhado, por e-mail, o arquivo – na extensão xml – relativo à Nota Fiscal eletrônica (NF-e) como condição para o recebimento do produto.

9.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

**9.7. Os itens 7, 44, 87, 88 e 89 deverão vir acompanhados de certificado de calibração, o qual, ao menos, deve ser rastreável à Rede Brasileira de Calibração – RBC.**

**9.7.1. O desempenho do instrumento verificado pelo certificado de calibração deve atender minimamente à exatidão estabelecida para os itens 87, 88 e 89.**

**9.7.2. Para atender à necessidade do requisitante, a calibração dos instrumentos de medição deve observar aos requisitos listados a seguir:**

**9.7.2.1. Na calibração do instrumento, devem ser utilizados padrões calibrados por laboratório acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre) segundo a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017;**

**9.7.2.2. A calibração deve ser realizada individualmente, conforme item 7.8.2.1, “e” da norma ABNT NBR ISO-IEC 17025;**

**9.7.2.3. O certificado de calibração deve expressar o erro (tendência) e a incerteza das medições, conforme itens 7.8.2.1, “m” e 7.8.4.1, “a” da norma ABNT NBR ISO-IEC 17025;**

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, código do produto e prazo de validade;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

- 11.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
  - 11.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - 11.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 11.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
  - 11.1.7. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....
- 11.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 14.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903



## 15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, estando certo que o valor correspondente ao DIFAL - Diferencial de Alíquota do ICMS e FECP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza será deduzido do valor da Nota Fiscal apresentada, quando couber.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.2.1. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e TST para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

para garantir o recebimento de seus créditos.

15.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|                                     |                                     |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| $I = (TX)I = (6/100)I = 0,00016438$ |                                     |
| 365                                 | TX = Percentual da taxa anual = 6%. |
|                                     |                                     |

## 16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2. Após o interregno de um ano, e desde que previamente solicitado pela **CONTRATADA**, - pedido expresso deverá ser apresentado em data anterior à prorrogação de vigência anual ou ao período a que se referir o reajuste (contratos por escopo com vigência inicial superior a um ano), sob pena de abdicação tácita - os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá

Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sup>o</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5. Cometer fraude fiscal;

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.2.2. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

18.2.3. Multa compensatória de 8% (oito por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá

Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

- 18.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 18.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 18.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 18.1 deste Termo de Referência.
- 18.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 18.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.5, 18.2.6 e 18.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 18.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 18.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 18.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 18.5. A aplicação das penalidades previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4, 18.2.5, 18.2.6 e 18.2.7 realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 18.6.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 18.6.2. A multa moratória prevista no subitem 18.2.2, decorrente do atraso injustificado na execução do objeto do contrato, será destacada pela fiscalização do contrato por ocasião do recebimento definitivo do objeto, e deduzida dos valores a serem pagos, sendo assegurado direito de defesa à contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 86, §2º, da Lei nº 8.666/93 c/c arts. 24 e 68 da Lei nº 9.784/99.
- 18.6.3. Tão logo exaurido o prazo disposto no subitem anterior, não sendo apresentadas razões de defesa pela contratada, ou, quando apresentadas, sendo as mesmas consideradas insubsistentes, a multa moratória prevista no subitem 18.2.2 será recolhida definitivamente em favor da União, aplicando-se, quando cabível, de forma subsidiária, as demais regras dispostas na Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo.
- 18.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8.1. Para avaliação da proporcionalidade das sanções, a autoridade competente observará, no que couber, os critérios objetivos para dosimetria de sanções administrativas, no âmbito da FIOCRUZ, dispostos na Portaria nº 150/2019-COGEAD, de 16/09/2019, anexa ao Edital.

18.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2. O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024, de 2019, do art. 7º, §3º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

19.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

19.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

20.1. O **VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL** da contratação só será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

## **21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- Gestão/Unidade: 25201/254446

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

- Fonte: 6151
- Programa de Trabalho: 10.303.5017.4370.0001 (Ação: 4370 - Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis)
- Elemento de despesa: 33.90.30
- PI: A1FAR

Rio de Janeiro, xx de xxxxxx de 2022

---

### Requisitante

Dada a necessidade de aquisição dos materiais contidos neste Termo de Referência, conforme justificativa apresentada pelo requisitante, e frente a sua indispensabilidade para o desenvolvimento de nossas atividades, considerando ainda a existência de recursos orçamentários para fazer jus ao desembolso financeiro que sucederá a contratação, **aprovo o presente Termo de Referência**, na forma prevista no inciso II, artigo 14º, do Decreto nº 10.024/2019.

---

### Ordenador de Despesas

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**  
Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903



## ANEXO II

### ICNE - Informações Complementares à Nota de Empenho

(Processo nº 25387.000848/2022-96)

#### Pregão Eletrônico nº 171/2022

|   |
|---|
| 1. A presente contratação será regida pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 10.522/02, Decreto nº 3.722/01, Decreto nº 4.358/02, Decreto nº 10.024/19, IN MPOG nº 03/2018, Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 8.078/90, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. |
| 2. Objeto do contrato: Aquisição de <b>ferramentas em geral e outros</b>  |
| 3. Forma de fornecimento: Remessa única   |
| 4. Processo nº 25387.000848/2022-96<br>Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico nº 171/2022 – FAR.  |
| 5. <b>Contratada: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</b><br><br>CNPJ:XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  |
| 6. Prazo de entrega: As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.   |
| 7. Prazo de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 95 (noventa e cinco) dias, contados da data de assinatura destas Informações Complementares à Nota de Empenho pela Contratante – ato contínuo à assinatura da Contratada – em virtude da adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.                               |
| 8. Dotação<br>Orçamentária Nota<br>de Empenho:<br>Programa de<br>Trabalho:Elemento<br>de Despesa:Fonte<br>de Recursos:  |
| 9. Preço e condições de pagamento<br>As informações sobre as condições de pagamento e Preço estão descritas nos itens 15 e 16 do Termo de Referência, Anexo I do edital.  |
| 10. Penalidades aplicáveis à contratada pela inadimplência das cláusulas: Decreto nº 10.024/19, Arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e conforme item 17 do Termo de Referência, anexo I, do Edital de Pregão Eletrônico nº 171/2022– FAR.   |
| 11. Rescisão, forma e efeitos: arts. 78, 79 e 80, da Lei nº 8.666/93.   |

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

**12.** Obrigações da contratada: A contratada será obrigada a manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico nº 171/2022- FAR, sem prejuízo das demais obrigações previstas na licitação.

**13.** Recebimento do objeto: conforme item 09 do Termo de Referência, ANEXO I do edital de Pregão Eletrônico nº 171/2022.

**14. Vedações e Permissões**

14.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14.1.1 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este instrumento para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

14.1.2 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

14.1.3 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

**15.** O Edital de Pregão Eletrônico nº 171/2022-FAR, com os Anexos, a ata de realização do Pregão Eletrônico de   /2022 e a proposta comercial de   /, integram este instrumento, independente de transcrição.

**16.** A regularidade da contratada foi aferida por meio das consultas ao SICAF, TST, CEIS, CNJ e CADIN, em    /    /   , anexadas às fls.                    do processo nº                   .

**17.** As partes contratantes ficam cientes de que o foro para dirimir as questões que não forem solucionadas na via administrativa será o da Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro, por imposição de ordem Constitucional.

Rio de Janeiro,    de    de 2022.

\_\_\_\_\_  
Autoridade competente

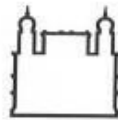
\_\_\_\_\_  
Representante legal

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá

Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903

**ANEXO III**



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
Fundação Oswaldo Cruz

Portaria da Coordenação-Geral de Administração

|                                |          |
|--------------------------------|----------|
| Número<br>150/2019-Cogead      |          |
| Folha<br>01                    | De<br>05 |
| Entrada em vigor<br>16/09/2019 |          |

A Coordenadora Geral de Administração  
no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

**1.0 – PROPÓSITO**

Dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no âmbito da Fiocruz, considerando ainda:

**1.1** O teor das determinações 9.5.1 e 9.5.2 do Acórdão nº 754/2015-TCU-Plenário, expedido pelo Tribunal de Contas da União, as quais foram objeto de divulgação aos órgãos do Sistema de Serviços Gerais - SISG no Portal de Compras do Governo Federal de caráter obrigatório;

**1.2** A necessidade de instrução processual administrativa no âmbito da Fiocruz com adequação entre meios e fins, com vedação a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

**1.3** Nas licitações na modalidade pregão realizadas no âmbito da Fiocruz é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para a aplicação das respectivas sanções, quando da ocorrência das condutas descritas nesta portaria;

**1.4** A responsabilidade pela abertura de procedimento administrativo para aplicação das sanções tipificadas no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e previstas nesta portaria é da Unidade da Fiocruz na qual a licitação tenha ocorrido.

**2.0 OBJETIVO**

Normatizar padrões de dosimetria para toda a Fiocruz no que tange a aplicação das penalidades no processo de licitar.

**3.0 DEFINIÇÕES**

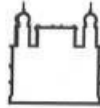
**3.1** Retardar a execução do objeto qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

**3.2** Não manter a proposta a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

|         |        |                       |                    |
|---------|--------|-----------------------|--------------------|
| Cancela | Altera | Distribuição<br>Geral | Data<br>16/09/2019 |
|---------|--------|-----------------------|--------------------|

**Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos**

Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903



Ministério da Saúde  
**FIOCRUZ**  
Fundação Oswaldo Cruz

|                                |          |
|--------------------------------|----------|
| Número<br>150/2019-Cogead      |          |
| Folha<br>02                    | De<br>05 |
| Entrada em vigor<br>16/09/2019 |          |

Portaria da Coordenação-Geral de Administração

- 3.3 Falhar na execução contratual o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;
- 3.4 Fraudar na execução contratual a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e
- 3.5 Comportar-se de modo inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do Procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

#### 4.0 - DAS SANÇÕES

Nas licitações na modalidade pregão realizadas no âmbito da FioCruz é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para a aplicação das respectivas sanções, quando da ocorrência das condutas a seguir relacionadas:

4.1 Não assinar o contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

4.2 Deixar de entregar documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

4.3 Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

4.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

|         |        |                       |                    |
|---------|--------|-----------------------|--------------------|
| Cancela | Altera | Distribuição<br>Geral | Data<br>16/09/2019 |
|---------|--------|-----------------------|--------------------|



Portaria da Coordenação-Geral de Administração

|                                |          |
|--------------------------------|----------|
| Número<br>150/2019-Cogead      |          |
| Folha<br>03                    | De<br>05 |
| Entrada em vigor<br>16/09/2019 |          |

**4.5 Não manter a proposta:**

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

**4.6 Falhar na execução do contrato:**

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

**4.7 Fraudar na execução do contrato:**

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;

**4.8 Comportar-se de modo inidôneo:**

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

**4.9 Cometer fraude Fiscal**

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

**5.0 - AGRAVANTES**

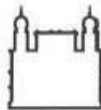
As sanções previstas no *item 4.0* desta portaria poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

**5.1** Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

**5.2** Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

|         |        |                       |                    |
|---------|--------|-----------------------|--------------------|
| Cancela | Altera | Distribuição<br>Geral | Data<br>16/09/2019 |
|---------|--------|-----------------------|--------------------|





Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
Fundação Oswaldo Cruz

Portaria da Coordenação-Geral de Administração

|                                |          |
|--------------------------------|----------|
| Número<br>150/2019-Cogead      |          |
| Folha<br>04                    | De<br>05 |
| Entrada em vigor<br>16/09/2019 |          |

5.3 Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

5.4 Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

As penas previstas nos *subitens 4.1, 4.2, 4.4 e 4.5* desta portaria poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto no *item 3.0*, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes

#### 6.0 - ATENUANTES

6.1 A conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

6.2 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

6.3 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

6.4 A penalidade a que se refere ao *subitem 4.2* desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente, que:

6.4.1 A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

6.4.2 O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

6.4.3 Não tenha ocorrido nenhuma hipótese de agravantes prevista no *item 5.0* desta portaria; e

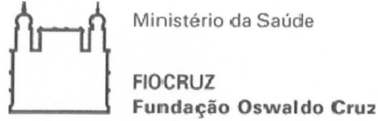
6.4.4 O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

#### 7.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave;

|         |        |                       |                    |
|---------|--------|-----------------------|--------------------|
| Cancela | Altera | Distribuição<br>Geral | Data<br>16/09/2019 |
|---------|--------|-----------------------|--------------------|





Portaria da Coordenação-Geral de Administração

|                                |          |
|--------------------------------|----------|
| Número<br>150/2019-Cogead      |          |
| Folha<br>05                    | De<br>05 |
| Entrada em vigor<br>16/09/2019 |          |

7.2 A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração;

7.3 Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

7.4 No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nos *itens 5.0 e 6.0* desta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores agravantes conforme previsto no caput do *item 5.0* para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do *item 6.0*, para redução da pena.

7.5 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na modalidade de Pregão como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz.

7.6 Os editais de que trata o *subitem 7.5* serão aqueles que serão submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Nota: A Administração Pública formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

#### 8.0 - VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
Flavia Silva  
Coordenadora Geral de Administração  
FIOCRUZ

|         |        |                       |                    |
|---------|--------|-----------------------|--------------------|
| Cancela | Altera | Distribuição<br>Geral | Data<br>16/09/2019 |
|---------|--------|-----------------------|--------------------|